

Programa de FH reforça política industrial

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA - A política industrial e de comércio exterior, que começou a ser desenhada no primeiro mandato e ganhará força no programa de governo do eventual segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, é o instrumento que poderá tirar o país do impasse macroeconômico em que se encontra hoje: não cresce para não estrangular as contas externas.

O programa de governo de FH não pretende resgatar mecanismos usados no passado para impulsionar a produção, como subsídios ou proteção. "Pensar em praticar uma Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 3%, como estão dizendo os economistas do

PT, significa quebrar o BNDES, que é o único banco que opera com investimentos de longo prazo", avalia Lúcia Goldenstein, assessora do BNDES que há três anos vem, juntamente com o secretário executivo da Câmara de Comércio Exterior, José Roberto Mendonça de Barros, trabalhando na área de reestruturação produtiva da economia doméstica. Este é, também, o assunto da campanha temática desta semana do candidato à presidência pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva.

Taxa de juros, a rigor, é o grande nó da política industrial, na medida que se pretende dar aos produtores internos as mesmas condições de produção e comercialização de seus bens que os empresários internacionais. E

não há condições de isonomia se os bens importados entram no país com juros e prazos bem mais generosos que os que podem ser concedidos aqui. Para o PT, a forma de resolver esse dilema seria baixando a TJLP dos 10% atuais para 3% a 4% ao ano. Para Goldenstein, "não adianta querer resolver as coisas com voluntarismo e quebrar o BNDES".

Cinco conjuntos de medidas devem pautar as ações de governo daqui por diante e, nesses, um destaque especial deve ser dado ao sistema financeiro, que pouco sabe sobre sua tarefa básica, que é financiar a produção. Enquanto não aprendem, o BNDES e o Banco do Brasil é que terão que cumprir essa tarefa.

O primeiro conjunto de medidas, segundo a assessora do BNDES, refere-se à isonomia entre os bens produzidos aqui em relação aos importados. Para equalizar as condições de produção, além de juros razoáveis é preciso uma reforma tributária que acabe com os impostos em cascata e com alguns tributos interestaduais, hoje incompatíveis com a produção *just in time*.

Turbinar as exportações e com isso resolver de vez os problemas das contas externas do país conduzem ao segundo conjunto de medidas. Elevar as exportações ao patamar de US\$ 100 bilhões ao ano permitiria ao país crescer 4% ao ano sem pressionar as contas do balanço de pagamentos. As

medidas, nessa área, seriam apoiar as pequenas e médias empresas nas vendas ao exterior, abrir canais de financiamento, ampliar o seguro às exportações, dentre outras.

A questão institucional - há muita gente no governo arbitrando sobre as mesmas coisas - e mesmo uma redefinição sobre a Zona Franca de Manaus e da lei de Informática, para centralizar mais as decisões sobre o complexo eletrônico, estão incorporadas no terceiro conjunto de medidas que pautariam as ações de governo no eventual segundo mandato de Fernando Henrique. Em quarto lugar viriam as políticas mais estruturais de aumento da competitividade como educação, pesquisa e desenvolvimento tecnoló-

gico e, em quinto, Goldenstein cita a atração de novos investimentos - neste ano serão cerca de US\$ 20 bilhões em investimentos direto estrangeiro - que se transformam em produção que substitui as importações e ainda geram exportações.

Ela mesma, porém, ressalta que "é mais fácil falar" do que fazer, principalmente porque está se falando de uma economia que tem, hoje, uma dinâmica completamente diferente dos tempos de alta inflação e fronteiras fechadas às importações. Mas de uma coisa, Goldenstein assegura estar convencida: conceder subsídios ou proteger setores da concorrência internacional são dois instrumentos descartados.